



A Educação Ambiental Abordada nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia de Instituições Públicas de Ensino do Estado do Espírito Santo¹

Ítalo Severo Sans Inglez²

Universidade Estadual de Maringá (Uem)

<https://orcid.org/0000-0001-6919-5270>

Patrícia Vidigal Bendinelli³

Universidade Estadual de Maringá (Uem)

<https://orcid.org/0000-0001-9750-8465>

Ana Lucia Olivo Rosas Moreira⁴

Universidade Estadual de Maringá (Uem)

<https://orcid.org/0000-0002-6940-4957>

Resumo: Um dos papéis do docente é colaborar na construção do pensamento crítico dos discentes. Como auxílio a essa construção, aparece a Educação Ambiental. Para isso, a essa deve estar presente na formação inicial docente, possibilitando ao professor um maior conhecimento das questões ambientais. Este artigo teve como objetivo analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia de instituições públicas de ensino do estado do Espírito Santo com o intuito de identificar se, como e de que forma a Educação Ambiental é abordada durante a formação inicial docente. Foi adotado a pesquisa qualitativa com a utilização da pesquisa documental como procedimento para levantar dados, sendo analisados cinco projetos. Percebeu-se que os projetos analisados não abordam a Educação Ambiental de forma transversal, mas apenas em disciplinas direta e indiretamente ligadas ao tema, os quais foram classificadas nas macro tendências Crítica, Pragmática e Conservacionista.

Palavras-chave: Formação Crítica. Macro tendências Político-Pedagógicas. Formação Inicial Docente. Educação Ambiental.

¹ Recebido em: 05/07/2024. Aprovado em: 18/03/2025,

² Licenciado em Geografia e em Pedagogia, mestrado em Educação em Ciências pelo Instituto Federal do Espírito Santo, doutorando no programa de pós-graduação em Educação para a Ciência e a Matemática pela Universidade Estadual de Maringá, Pedagogo do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória. Email: pg55091@uem.br

³ Licenciada em Pedagogia, mestrado em Educação em Ciências pelo Instituto Federal do Espírito Santo, doutoranda em Educação para a Ciência e a Matemática pela Universidade Estadual de Maringá, Pedagoga do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Colatina. Email: patvidigal@gmail.com

⁴ Licenciada em Ciências Biológicas, mestrado em Botânica pela Universidade Federal do Paraná, doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos e Pós-Doutorado pela Universidade do Estado do Paraná, Professora Associada do departamento de Biologia da Universidade Estadual de Maringá. Email: alormoreira@gmail.com

Educación Ambiental Abordada en Carreras de Licenciatura en Pedagogía en Instituciones Educativas Públicas del Estado de Espírito Santo

Resumen: Uno de los roles del docente es colaborar en la construcción del pensamiento crítico de los estudiantes. Como soporte a esta construcción aparece la Educación Ambiental. Para ello debe estar presente en la formación inicial del docente, permitiendo que éste sea un prefecto conocedor. Este artículo tiene como objetivo analizar los proyectos pedagógicos de las carreras de Licenciatura en Pedagogía en instituciones educativas públicas del estado de Espírito Santo, con el objetivo de identificar si, cómo y cómo se aborda la Educación Ambiental durante la formación inicial docente. Si adoptó una investigación cualitativa utilizando la investigación documental como procedimiento para recopilar datos, Se observó que los proyectos analizados no abordan la Educación Ambiental de manera transversal, sólo en atribuciones directa e indirectamente relacionadas con el tema, las cuales fueron clasificadas dentro de las macro tendencias Crítica, Pragmática y Conservacionista.

Palabras clave: Entrenamiento Crítico. Macro tendencias político-pedagógicas. Formación Inicial del Profesorado. Educación Ambiental.

Environmental Education Addressed in Degree Courses in Pedagogy at Public Educational Institutions in the State of Espírito Santo

Abstract: One of the teacher's roles is to collaborate in the construction of students' critical thinking. As an aid to this construction, Environmental Education appears. To this end, this must be present in initial teacher training, enabling the teacher to have greater knowledge of environmental issues. This article aimed to analyze the pedagogical projects of the Degree in Pedagogy courses at public educational institutions in the state of Espírito Santo with the aim of identifying whether, how and in what way Environmental Education is addressed during initial teacher training. Qualitative research was adopted using documentary research as a procedure to collect data, with five projects being analyzed. It was noticed that the projects analyzed do not address Environmental Education in a transversal way, but only in disciplines directly and indirectly linked to the topic, which were classified into the Critical, Pragmatic and Conservationist macro trends.

Keywords: Critical Training. Political-Pedagogical Macro trends. Initial Teacher Training. Environmental education.

INTRODUÇÃO

A formação inicial docente é uma etapa fundamental na construção da carreira profissional, pois, a partir do conhecimento sobre sua área de atuação e da prática docente, o indivíduo terá suporte teórico para exercer a profissão. A formação inicial é essencial, uma vez que a formação continuada abrange apenas a especificidade de uma determinada área do conhecimento ou campo de trabalho. Dessa forma, a ausência de conhecimentos importantes na formação inicial pode gerar fragilidades na prática docente, impactando o processo de ensino-aprendizagem. Silva (1993, p. 95) escreve que

O preparo acadêmico prévio recebido pelo professor, apresenta-se como um determinante de sua identidade, principalmente no que se refere ao corpo de conhecimentos, que serve de base ou ponto de partida para suas decisões pedagógicas (por quê, o quê, como, quando ensinar, etc.).

Uma formação inicial docente que contemple não apenas os conteúdos específicos de cada licenciatura, mas também o desenvolvimento de uma leitura de mundo por parte do futuro docente, é fundamental para que ele possa atuar de maneira crítica, colaborando na construção de conhecimentos científicos e fomentando a formação de discentes como indivíduos reflexivos, capaz de analisar as informações recebidas e questionar o status quo em busca de uma sociedade justa.

A formação dos sujeitos precisa estar homologada à sociedade que se pretende construir. O Conselho Nacional de Educação tem a função de buscar alternativas e mecanismos institucionais que garantam, dentro de sua esfera de competência, a participação da sociedade no desenvolvimento, aperfeiçoamento e sistematização de uma educação nacional de qualidade. A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece diretrizes para o desenvolvimento do trabalho referente à Educação Ambiental (EA) nos cursos da educação básica e do ensino superior. O artigo 16 desta Resolução prevê:

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos (Brasil, 2012, p. 5).

No Brasil, segundo Layragues e Lima (2014), existem três tipos de macro-tendências que funcionam como padrões político-pedagógicos para a Educação Ambiental (EA), cada uma delas abrangendo uma ampla diversidade de posições, mais ou menos próximas do tipo ideal considerado. São elas: a macro-tendência Conservacionista, a macro-tendência Pragmática e a macro-tendência Crítica.

A primeira macro-tendência aborda problemas ambientais com foco na questão ecológica, deixando de lado as causas subjacentes. A segunda macro-tendência enxerga a natureza como um recurso e prioriza a implementação de ações práticas voltadas para a preservação dos recursos naturais; ambas desconsideram o ser humano como parte integrante da natureza. Já a terceira macro-tendência destaca a dimensão política das questões socioambientais, questionando o *status quo* e buscando discutir assuntos relacionados à subjetividade dos sujeitos, motivações individuais e interpessoais.

Além disso, Sornberger e Lorencini Júnior (2020) destacam uma macrotrendência Pós-Crítica, que amplia a discussão ao abordar a subjetividade e os fatores individuais e interpessoais na relação do ser humano com o meio ambiente. Por ser uma abordagem transversal e recorrente, a EA na formação inicial docente possibilita uma prática pedagógica que favorece a construção de uma educação crítica e reflexiva. Sobre essa transversalidade inerente à EA, Carmo, Kiouranis e Magalhães Júnior (2021, p. 94) escrevem que

A EA aborda as questões socioambientais que devem ser tratadas juntamente com a complexidade do meio ambiente e do conhecimento científico. Para isso, são necessárias associações entre os problemas ambientais existentes e os conteúdos específicos, podendo contribuir para a desmitificação do ensino voltado apenas ao estudo determinado e específico da Ciência.

Para este artigo, a pergunta norteadora foi: como as instituições públicas de ensino superior do Espírito Santo (ES) desenvolvem a EA nos cursos de licenciatura em Pedagogia? Dessa forma, o objetivo do estudo foi identificar se a EA é abordada nesses cursos e, em caso afirmativo, analisar de que maneira é desenvolvida, bem como quais macrotrendências político-pedagógicas — Conservacionista, Pragmática ou Crítica — podem ser observadas.

A FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES E A FORMAÇÃO ALÉM DOS CONTEÚDOS

Sabe-se que a relevância do docente para a formação do indivíduo, tanto profissionalmente quanto como cidadão crítico, é grande, principalmente atualmente onde a ciência vem sendo sistematicamente questionada por teorias sem fundamento.

Na antiguidade, o papel do professor era essencialmente o de transmissor de conhecimentos. [...] Com o advento da modernidade, o papel do professor sofreu novas transformações. [...], o papel do professor passou a ser também o de formador de cidadãos, responsável pelo desenvolvimento integral dos alunos (Costa Júnior et al., 2023, p. 125).

Na formação inicial, é necessário que o futuro docente tenha uma base sólida sobre os conceitos relativos à área de formação escolhida. Sobre a importância de se conhecer as especificidades do seu curso, Buchmann (1984, p. 17) observa que: “conhecer algo permite-nos ensiná-lo; e conhecer um conteúdo em profundidade significa estar mentalmente organizado e bem

Porém, além dos conceitos fundamentais, na formação inicial docente comprometida com a qualidade, é preciso incorporar saberes que possam colaborar com

uma formação capaz de atender às demandas da contemporaneidade e suas constantes mudanças estruturais. Segundo Moreira e Soares (2005, p. 1)

A formação do educador deve primar pelo desenvolvimento de uma consciência política e participativa, em vez de limitar-se ao caráter exclusivamente técnico-pedagógico, presente nos cursos de licenciatura. O educador na sua prática pedagógica, além de fortalecer seus elementos epistemológicos, científicos e técnicos, necessita articular-se com a realidade, no sentido de promover atividades que fortaleçam uma postura política comprometida com a transformação social.

É importante que o docente compreenda o contexto socioambiental em que está inserido, entender as transformações ocorridas e as mudanças possíveis para a construção de uma sociedade sustentável e justa. No processo de formação docente, é fundamental o comprometimento com a formação para uma leitura crítica do mundo. Nesse cenário de múltiplas demandas que o corpo docente enfrenta atualmente, Costa Júnior *et al.* (2023, p. 125) afirma que

A sociedade contemporânea exige uma formação mais ampla e diversificada, que vá além do conhecimento técnico e proporcione habilidades para lidar com a complexidade do mundo atual. Nesse contexto, o papel do professor se torna ainda mais relevante, pois é ele quem tem a responsabilidade de mediar a aprendizagem dos alunos e auxiliá-los a desenvolver habilidades e competências para o mundo do trabalho e da vida social.

Ainda sobre a importância do docente para a formação cidadã do discente, Freire (1996, p. 33) relata que: “o papel do professor é ajudar os alunos a desenvolverem sua consciência crítica, sua capacidade de transformação do mundo”. Assim, para que o docente tenha a possibilidade de cumprir essa função, conforme descrito por Paulo Freire (1996), a formação inicial deve propiciar saberes que vão além dos conteúdos específicos da área de formação. É necessário que o docente seja capaz de desenvolver um olhar atento para o contexto em que está inserido, considerando a totalidade e adotando uma visão crítica, que questione o status quo, observando as mazelas socioambientais, identificando-as, compreendendo-as, discutindo-as e buscando meios para transformar seu contexto.

Ortiz e Magalhães Júnior (2018) discutem a importância da formação inicial docente não se limitando a ensinar conceitos científicos e pedagógicos de forma isolada, e de que o profissional não seja apenas alguém responsável por transmitir conteúdo. Ortiz e Magalhães Júnior (2018, p. 31) destacam

[...] a necessidade de uma formação que relacione, desde ao longo da licenciatura, aspectos conceituais e pedagógicos de forma teórica e prática, possibilitando aos professores uma formação crítica que evidencie a

necessidade de reflexão e adaptação aos variados contextos de ensino e aprendizagem.

Sabemos que a parte específica do curso de formação inicial docente é relevante, pois é por meio dela que o docente poderá proporcionar aos seus alunos a oportunidade de aprender conceitos da área escolhida, que terão aplicabilidade em suas vidas pessoais e profissionais. No entanto, é necessário que o docente seja capaz de trabalhar de forma interdisciplinar, colaborando na construção de conexões entre conhecimentos que possibilitem a integração das diversas disciplinas. Ao compreender essas relações, o docente poderá ajudar os alunos a entenderem melhor o contexto em que vivem e a alcançarem seus objetivos tanto no mundo do trabalho quanto na vida cotidiana. A formação inicial deve atender às demandas de permissão para que o docente saia preparado para atuar de forma crítica, tanto como sujeito quanto como profissional da educação.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUAS MACROTENDÊNCIAS E A FORMAÇÃO CRÍTICA

No contexto da formação inicial docente, a Educação Ambiental (EA) surge como um processo que colabora na construção de um profissional crítico, preocupado com o contexto social em que está inserido. Considerando que o docente tem um papel importante na formação de uma sociedade justa, a EA se apresenta como algo fundamental para contribuir com essa transformação. Nessa linha, Layrargues (2009, p. 28) escreve que

Educação Ambiental é educação e, como tal, serve ou para manter ou para mudar a realidade, reproduzir ou transformar a sociedade. A Educação “Ambiental” não só poderia como deveria ser praticada com compromisso “social”, pois com ela é possível contribuir com a mudança do quadro das desigualdades no País e no mundo. E o Brasil, como um dos países mais desiguais do mundo, tem essa questão como um contexto estruturante para a Educação Ambiental com compromisso social.

A discussão sobre a EA teve início em meados da década de 1960, com o objetivo de encontrar soluções teóricas e práticas para combater o colapso ambiental. Em 1968, nasce a EA e, no mesmo ano, é criado o Clube de Roma. Em 1972, em Estocolmo, na Suécia, ocorreu o primeiro grande evento relacionado a questões ambientais, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Em meados da década de 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO) especificou o Encontro Internacional em Educação Ambiental, no qual surgiu o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

Nos anos seguintes, ocorreram eventos como o Seminário de Educação Ambiental para a América Latina, o Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a Educação Ambiental, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), entre outros. No Brasil, foi sancionada, em 1999, a Lei nº 9.795, que criou a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e a Portaria nº 1.648/99 do MEC constituiu o Grupo de Trabalho, com a representação de todas as Secretarias, para debater a normatização desta lei.

Ao analisar os últimos anos, nota-se o quanto a EA avançou mesmo com as contradições comuns em uma sociedade desigual. Na lei se estabelece sobre a EA:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental [...].

Na própria legislação, Art. 5º, são previstos os propósitos para realização da EA:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Dessa forma, a legislação resguarda a sistematização do ensino de modo crítico, com a finalidade de fortalecer a cidadania. O documento engloba uma educação que estimula o entendimento das relações determinadas na sociedade, promovendo o envolvimento coletivo para a compreensão “do meio ambiente em sua totalidade,

considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade” (Brasil, 1999). Com o avanço crescente das leis e a realização de diversos eventos ao redor do mundo, à medida que se discute o campo aumentado, conduz a EA a assumir uma postura ética pedagógica crítica entre os pesquisadores e educadores, tornando-se um instrumento amplamente utilizado pela sociedade civil.

Essa nova ética busca estabelecer limites ao consumo desenvolvido, proporcionar a liberdade de expressão e o envolvimento de toda a sociedade, além de incentivo à práxis, um ato reflexivo. Assim, busca-se que a EA se torne um processo capaz de promover a independência dos cidadãos na solução de problemas e na transformação social (Carvalho, 2004; Guimarães; Loureiro, 1995).

A partir desse processo de aprimoramento dos fundamentos basilares da EA, foi viabilizada uma distinção entre uma abordagem tradicional e conservadora da EA e uma perspectiva crítica que problematiza o meio ambiente em sua totalidade, evidenciando uma integração com os aspectos culturais e sociais. A segunda abordagem tem recebido maior atenção nas últimas décadas, resultando em progressos notáveis nas políticas governamentais e na sociedade civil organizada.

Na atualidade, a EA é reconhecida por sua diversidade, manifestando-se de várias formas. Isso aponta que há diversas abordagens possíveis para compreender e alcançar os objetivos da EA. Com a finalidade de representar a realidade de modo mais preciso, Sauv   (2005) identificou correntes que compreendem e praticam a EA de maneiras distintas. Entre essas correntes estão a Humanista, a Conservacionista, a Sist  mica, a Problematizadora, a Naturalista, a Científica, entre outras. Devido à preocupa  o de educadores ambientais não satisfeitos com a vertente conservacionista, surgem outros caminhos:

[...] a vertente crítica despontando como uma alternativa capaz de realizar o contraponto à vertente conservacionista; e a vertente pragmática, deriva  o ainda não tão nítida da vertente conservacionista, nutrindo-se inicialmente da problemática do lixo urbano-industrial nas cidades, como um dos temas cada vez mais utilizados nas práticas pedagógicas (Layrargues; Lima, 2014, p 28).

Para análise, adotaremos, com base em Layrargues e Lima (2014), as três macrotendências como padrões político-pedagógicos da EA: a macrotendência conservacionista, a pragmática e a crítica. Cada uma delas abrange uma ampla variedade de posi  o  es. A macrotendência conservacionista não contesta a estrutura

social vigente em sua totalidade, limitando-se a reivindicar reestruturações setoriais. Propõe mudanças culturais fundamentais que, com muito esforço, podem ser realizadas sem que haja transformações nas bases econômicas e políticas da sociedade. Consequentemente, perde de vista as dimensões políticas, sociais e culturais inerentes à sua composição e dinâmica, aderindo à concepção de natureza ecológica da questão ambiental (Bendinelli, 2017).

A macrotendência pragmática, por sua vez, envolve principalmente os aspectos do ensino para o Consumo Sustentável e o Desenvolvimento Sustentável. Representa o ambientalismo efetivo, o pragmatismo atual e o ecologismo de negócios, decorrentes da predominância neoliberal estabelecida globalmente desde os anos 1980 e, no Brasil, a partir dos anos 1990, durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (Layrargues; Lima, 2014). Essa conjuntura pragmática é caracterizada pela supremacia da lógica de mercado sobre outros campos sociais, pela concepção do consumo como utopia central, pela preocupação com a crescente geração de resíduos sólidos e pela inovação tecnológica vista como a última esperança para o progresso.

As macrotendências pragmática e conservacionista ilustram duas vertentes de uma mesma linha de pensamento, que se adaptou às demandas econômicas e políticas, assumindo um caráter contemporâneo, neoliberal e pragmático, que hoje as define. A tendência pragmática representa uma evolução do conservacionismo, adequando-se ao novo cenário econômico, social e tecnológico, embora compartilhe a rejeição aos padrões de desigualdade e injustiça social.

Já a macrotendência crítica concebe o meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural. Nela, encontra-se uma potente característica sociológica e política, e, por conta dessa concepção, normas basilares como Justiça Ambiental, Democracia, Cidadania, Emancipação, Conflito e Mudança Social são introduzidas no debate. Além disso, a Educação Ambiental Crítica (EAC) considera as questões ambientais como uma totalidade, evitando simplificações reducionistas. Por isso, ela transcende o paradigma cartesiano da dualidade, integrando uma diversidade de temas para discussão, como política, técnica, sociedade, indivíduo, objeto de conhecimento, sabedoria, poder, natureza, cultura, conflitos, ética, entre outros.

Munido dessa compreensão, o indivíduo percebe que as características políticas e sociais da educação e da vida humana são igualmente fundamentais para o

entendimento das questões ambientais, sem desvincular-se da existência dos sujeitos, de seus valores, princípios e subjetividades (Bendinelli, 2017).

Entre as tendências da EA, tem-se discutido mais recentemente a possibilidade de uma tendência pós-crítica. Sobre ela, Sornberger e Lorencini Júnior (2020, p. 304-305) escrevem

[...] abordagens que transcendem a crítica ao sistema de capital e consideram aspectos subjetivos relacionados, tais como éticos, estéticos e artísticos, emoções, vontades e motivações individuais e interpessoais. Tais aspectos agregam a vertente crítica, considerando-a, mas não se limitando a esta, ou seja, a vertente pós-crítica da EA busca reconhecer saberes além dos sistematizados pelas Ciências.

Devido às questões supracitadas, faz-se necessário que a EA esteja presente de modo contínuo na formação inicial docente. Dessa forma, os profissionais poderão adquirir um conhecimento mais aprofundado sobre a complexidade das questões ambientais na atualidade, contribuindo para moldar as abordagens das instituições de ensino ao trabalharem esse tema. Isso permitirá que as ações transcendam práticas superficiais, como o simples plantio de mudas ou a distribuição de panfletos, e evoluam para discussões mais profundas sobre os problemas socioambientais de fato. Como afirmam Carmo, Kiouranis e Magalhães Júnior (2021, p. 96) declaram que

[...] refletir sobre o efetivo desenvolvimento da EA na escola é um processo de demanda muito mais que a simples menção de termos que possam estar ligados a ela, é preciso realmente conhecer, compreender, estudar, refletir e colocar em ação.

O docente que tem maior contato com a EA em sua formação inicial poderá abordar o tema em sua prática educativa de maneira mais abrangente, contemplando toda a sua multiplicidade e profundidade. Esse aprofundamento permitirá que ele atue de forma adequada, com o intuito de promover uma mudança na realidade social, inicialmente no contexto local e, possivelmente, alcançando impactos regionais ou até mesmo globais.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho configura-se como de natureza qualitativa, pautado na abordagem da pesquisa documental como técnica de coleta de dados. Para tanto, foram analisados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) de Pedagogia de instituições públicas de ensino presentes no estado do ES, especificamente o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e a Faculdade de Ensino

Superior de Linhares (Faceli). A análise desses documentos teve como intuito cumprir o objetivo proposto pela pesquisa. Sobre a abordagem qualitativa, Córdova e Silveira (2009, p. 34) observam que

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Sobre o procedimento de coleta de dados baseado na pesquisa documental, Pádua (1997, p. 62) descreve que a "pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)". No contexto de uma pesquisa qualitativa, a pesquisa documental surge como um procedimento de coleta de dados relevante. Sobre isso, Fontana e Pereira (2023, p. 42) escrevem que

As potencialidades, em termos do emprego da pesquisa documental, ligam-se à tipologia da qual essa forma de investigação faz parte. Deste modo, ela é uma importante ferramenta de inquirição científica que se instala no campo dos estudos qualitativos que, por sua vez, são entendidos como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural.

Ainda sobre a pesquisa documental como procedimento de coleta de dados, Gerhardt *et al.* (2009, p. 71) afirmam que essa abrange "arquivos públicos, arquivos privados, dados de registro e dados de recenseamento: demográficos, educacionais, de criminalidade, eleitorais, de alistamento, de saúde, [...]". Com base no relato de Gil (2002), os PPC's enquadram-se na categoria de documentos de primeira mão, uma vez que não passam por procedimentos analíticos prévios e são armazenados em instituições públicas, como escolas e universidades, por exemplo.

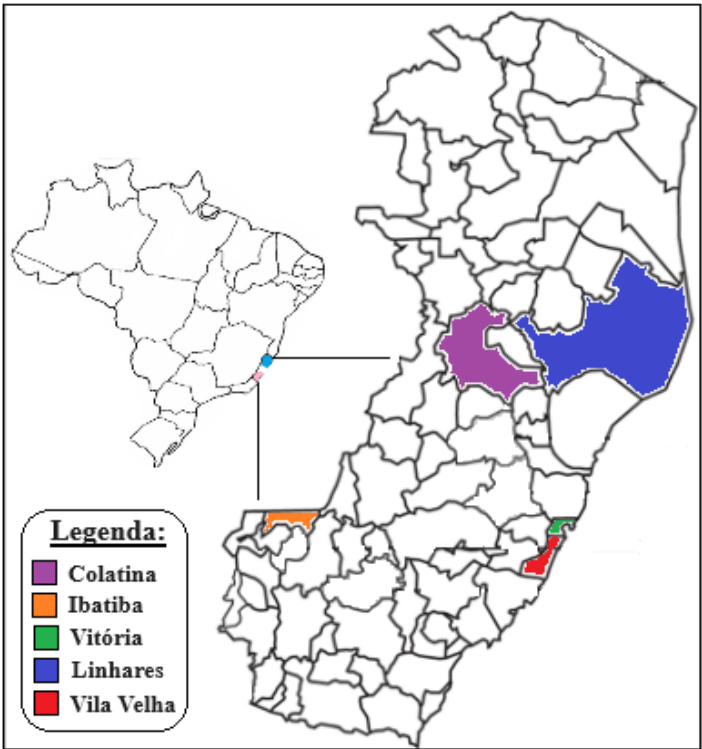
Quanto à interpretação dos dados, optou-se por uma análise qualitativa, utilizando a abordagem metodológica hermenêutico-dialética, fundamentada em Minayo (1992). Nessa técnica, o discurso dos indivíduos sociais é analisado em seu contexto, visando uma compreensão mais ampla. O processo tem como ponto de partida o núcleo do discurso e como ponto de chegada o âmbito da particularidade histórica e integral que o constitui (Gomes, 2001).

LOCAL DA PESQUISA

Como local de pesquisa, foi escolhido o estado do Espírito Santo (ES) (Figura 1), situado na região Sudeste do Brasil. O estado faz divisa com a Bahia ao norte, com o

Rio de Janeiro ao sul e com Minas Gerais a oeste. De acordo com o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Espírito Santo possui uma população de 3.833.712 habitantes, uma área territorial de 46.074,448 km² e 78 municípios, tendo Vitória como sua capital.

Figura 1: Estado do Espírito Santo e as cidades onde estão localizados os campi das instituições públicas de ensino



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

O ES possui três instituições públicas de ensino (Quadro 1), sendo duas federais e uma municipal, Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), enquanto a municipal é a Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli).

Quadro 1: Instituições Públicas de Ensino do ES, cidade e modalidades dos cursos de Licenciatura em Pedagogia

CURSO	INSTITUIÇÃO	CAMPUS	MODALIDADE	CIDADE
Licenciatura Plena em Pedagogia	Ifes	Ibatiba	Presencial	Ibatiba
		Itapina		Colatina
		Vila Velha		Vila Velha
	Ufes	Goiabeiras	Presencial/EaD	Vitória
	Faceli	Linhares	Presencial	Linhares

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

O Ifes é uma instituição que conta com 25 campi, oferecendo as modalidades de Ensino Médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrados ao Ensino Técnico (Concomitante e/ou Subsequente), Ensino Superior (Licenciatura e Bacharelado), Especialização, Mestrado e Doutorado. Dentre as licenciaturas, destaca-se a de Pedagogia, presente em três campi: Ibatiba, Itapina e Vila Velha. O campus de Ibatiba está localizado na cidade de mesmo nome, situada a sudoeste do estado. O campus de Itapina fica na cidade de Colatina, na região norte do ES. Já o campus de Vila Velha está localizado na cidade homônima, integrando a região metropolitana da Grande Vitória.

A Ufes, por sua vez, possui três campi, oferecendo as modalidades de Ensino Superior, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. O curso de Pedagogia está presente no campus de Goiabeiras, localizado no município de Vitória, capital do Espírito Santo. Por fim, a Faceli possui um campus situado no município de Linhares, na região norte do estado, e oferece a modalidade de Ensino Superior, sendo um de seus três cursos a licenciatura em Pedagogia. As análises dos PPC's de licenciatura em Pedagogia partiram da identificação do termo "Educação Ambiental" e/ou outras palavras-chave nesses documentos que pudessem caracterizar o tema, tais como: meio ambiente, sustentabilidade, meio socioambiental, preservação, conscientização ambiental e distribuição de terras. Para a análise das informações, a busca concentrou-se especialmente na matriz curricular e nas ementas dos componentes curriculares.

Ao todo, foram analisados cinco PPC's distintos: três do Ifes, dois da Ufes e um da Faceli. No Ifes, os campi mencionados anteriormente, que oferecem o curso de Pedagogia, possuem PPC's com diferenças pontuais e, por isso, foram analisados separadamente. Na Ufes, embora existam dois PPCs, apenas o documento do curso presencial foi considerado para esta análise, uma vez que todos os demais cursos das instituições citadas são presenciais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As versões dos projetos investigados tiveram como base a teoria crítica, que busca ir além da prática pela prática, ou da conduta como um fim em si mesmo. Nesse sentido, é essencial avaliar se o trabalho desenvolvido foi fundamentado em uma prática educativa de reflexão dialética, visando efetivar uma práxis transformadora.

Considera-se primordial promover reflexões sobre a questão ambiental, compreendendo-a como resultado das condições determinadas pela sociedade contemporânea. Sobre a utilização da hermenêutica-dialética para análise dos dados, Minayo (2002, p. 24-25) escreve que essa parte do pressuposto

a relação de quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. [...] considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam.

Como observado no Quadro 2, a vertente da EA Pós-Crítica foi desconsiderada na presente análise dos PPC's. Isso ocorreu porque ela não está inserida nas macrotendências delineadas por Layrargues e Lima (2014), uma vez que se entende que a EA Crítica já abarca as perspectivas presentes na EA Pós-Crítica.

Quadro 2: Caracterização de termos que explicitam relações entre Educação Ambiental, Sociedade e Cultura

TENDÊNCIA CONSERVACIONISTA	TENDÊNCIA PRAGMÁTICA	TENDÊNCIA CRÍTICA
Foco no cuidado, conservação e preservação	Compreensão rasa e despolitizada do convívio social	Participação, cidadania, conflito, questões ambientais enquanto totalidade, indivíduo, sociedade, política, técnica, objeto do conhecimento, saber, poder, natureza, cultura e ética.
Dimensão individual	Neutralidade da ciência	
Visão simplista e dualista	Harmonia e prática	
Redução do consumo de bens naturais e sobrevivência da espécie humana	Preservação da conjuntura social que está posta	Transformação da percepção sociedade-natureza;
Educação compreendida em sua perspectiva individual, tendo por base vivências práticas	Atuações exequíveis que provocam resultados direcionados a um amanhã sustentável	Transformação social, cultural, política e econômica, com profundas implicações sobre o ambiente
Prática educativa ambiental desvinculada das questões políticas, baseada em pedagogias comportamentalistas	Ignorância da distribuição desigual dos custos e benefícios dos processos de desenvolvimento, visando no incentivo de reformas em setores da sociedade sem questionar seus princípios, até mesmo os causadores do conflito ambiental	Intercâmbio entre sujeito e objeto, causa e efeito, conflitos sociais, interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural
Limitada problematização do contexto social	Problemas ambientais banalizados	Compreensão da articulação das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais
Diluição da dimensão social natural, faltando compreensão dialética da vinculação sociedade-natureza	Falta de reflexão que deixe o entendimento do contexto articulado aos motivos e consequências da problemática ambiental.	Entendimento da vinculação das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais

Fonte: Bendinelli (2017).

ANALISANDO OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DO IFES, UFES E FACELI

Os PPC's são os norteadores de cada curso, independentemente de nível e modalidade, e cada um deles possui um documento específico, que diferencia o tipo de eixo, as demandas, as disciplinas, a duração, o perfil do egresso, entre outras definições de características desejadas pelos profissionais que constroem esse documento. A análise dos cinco PPC's das três instituições supracitadas teve como objetivo demonstrar como está ocorrendo a formação inicial docente e como a EA é abordada. Nessa etapa de análise, procurou-se identificar os termos referentes a cada macrotendência mencionada no quadro 2.

PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UFES

O PPC de Licenciatura em Pedagogia da Ufes analisado é do ano de 2018. O curso foi criado em 1951 e tem um tempo mínimo de formação de 8 períodos. O perfil do egresso descrito no projeto destaca que o(a) pedagogo(a) deve ter uma conduta profissional socialmente responsável, contribuindo para a formação de uma sociedade justa e inclusiva, atuando tanto no magistério quanto na gestão escolar. Ao analisar especificamente como a EA é abordada no curso, percebe-se que ela não é tratada de forma transversal ao longo do PPC, estando presente em apenas dois componentes curriculares. Um deles, intitulado Ciências Naturais: Conteúdo e Metodologia, é um componente obrigatório do curso, ofertado no 5º período, com uma carga horária de 75 horas. O outro componente, denominado Educação Ambiental, possui uma carga horária de 60 horas, é optativo e é oferecido pelo curso de Oceanografia.

No componente curricular Ciências Naturais: Conteúdo e Metodologia, a Educação Ambiental está presente em uma das referências da bibliografia básica, com a obra *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Educação Ambiental, Educação em Ciências, Educação em Espaços não Escolares, Educação Matemática*. Essa obra é a única que aborda a EA em todos os componentes curriculares obrigatórios do curso. Já no componente curricular Educação Ambiental, a ementa apresenta questões específicas sobre o tema, objetivos e uma bibliografia básica e complementar focada na EA, incluindo diversas obras relacionadas. Dessa forma, o PPC do curso de Pedagogia da Ufes atende ao disposto no artigo 16 da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.

Em relação às macrotendências, o componente curricular Ciências Naturais não evidencia claramente em qual abordagem a EA é desenvolvida. Por outro lado, no componente curricular Educação Ambiental, observou-se que, na maioria dos conceitos, falta uma relação explícita entre EA, sociedade e cultura. Na ementa, identificamos termos como

[...] o funcionamento dos ecossistemas; organização dos seres vivos nos ecossistemas; biomas brasileiros; bióticos e abióticos e suas influências sobre os organismos terrestres e aquáticos; Meio ambiente e Sociedade; Ecossistemas; -Desenvolvimento Sustentável; Histórico da Educação Ambiental no Brasil e no Mundo Conceitos sobre educação ambiental e noções do papel da Educação ambiental na construção da sustentabilidade, tal como na reciclagem; Políticas de Educação Ambiental Estadual, Nacional e Internacional; As legislações ambientais e sobre Educação ambiental estadual e nacional; A importância da educação ambiental na construção da responsabilidade socioambiental do cidadão (Ufes, 2018, p. 71).

Em sua maior parte, os conceitos demonstram um entendimento simplista da relação entre EA, sociedade e cultura, sem uma compreensão profunda dos elementos. O termo "sustentabilidade" está frequentemente vinculado à atualização, desenvolvimento sustentável, biomas, organização dos seres vivos, ecossistemas, entre outros, ou que demonstra uma ligação com as macrotendências conservacionistas e pragmáticas. Um dos objetivos da disciplina expressa essa vinculação com a vertente pragmática, especificamente "visando o desenvolvimento sustentável"

Discutir o Meio ambiente e Sociedade visando o Desenvolvimento Sustentável: noções de economia ecológica; a variável ambiental nas organizações; o significado de Créditos de Carbono e energias renováveis; noções de Aquecimento Global e o controle e prevenção da poluição. Noções de Licenciamento ambiental e dos instrumentos de minimização dos impactos ambientais (Ufes, 2018, p. 72).

PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DO IFES

Dos projetos pedagógicos de curso das licenciaturas em Pedagogia do IFES, o primeiro desenvolvido foi o do campus Itapina, cuja versão mais recente é de 2017. Nele, consta que o curso possui 8 períodos e uma duração mínima de 4 anos. Em relação aos egressos, o projeto enfatiza que estes devem ser

[...] profissionais com sólidas bases em conhecimento teórico-científico, sócio-políticos e filosóficos que, através de suas inserções crítico-reflexivas em instituições educacionais e outros espaços educativos, promovam o desenvolvimento e a valorização dos seres humanos, pela elaboração e construção nos processos de ensinar e de aprender. Que busca participar na construção de uma sociedade democrática, igualitária, justa e solidária, consoante com os princípios de humanização, formando professores, capacitados à gestão de aprendizagens e do ensino, comprometidos com a

cidadania e, acima de tudo, com as concepções da inclusão social e da valorização identitária das chamadas minorias (Ifes, 2017, p. 42).

Em relação à abordagem da EA no 8º período, intitulado "Educação, Sociedade e Sustentabilidade", observou-se que a ementa deste componente curricular, na maioria dos conteúdos, apresenta uma relação entre EA, sociedade e cultura. identificaram-se termos como: "Panorama da educação no Brasil e movimentos sociais e educação", "A questão da terra e do território no Brasil", e "[...] Panorama do movimento ambiental e da legislação ambiental. Experiências de desenvolvimento sustentável e comunidades" (Ifes, 2017, p. 280). Os conteúdos programáticos evidenciam como os conceitos podem ser abordados:

Panorama da educação no Brasil. A questão do neoliberalismo e a educação. Movimentos sociais e educação. Concepções de terra, território, meio ambiente e sustentabilidade. Breve história do movimento ambiental. Legislação ambiental, sustentabilidade. Educação escolar, meio ambiente e comunidades (Ifes, 2017, p. 280).

Termos como neoliberalismo, movimentos sociais, território, meio ambiente e sustentabilidade demonstram que a construção da disciplina está voltada para discutir a relação entre homem, natureza e sociedade, seguindo uma vertente crítica. Um dos objetivos de aprendizagem que evidencia essa relação com a macrotendência crítica é: “contribuir para a compreensão das relações estabelecidas entre os indivíduos, a sociedade e a natureza, entendendo o ambiente em suas múltiplas dimensões — social, política, cultural, ética e ecológica” (Ifes, 2017, p. 280).

O componente curricular Interculturalidade e Processos Educativos, com carga horária de 75 horas e ofertado no 2º período, apresenta uma referência ligada à EA em sua bibliografia. Trata-se da política de Educação Ambiental conforme disposta na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP nº 2/2012. Esses documentos estabelecem que órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, instituições públicas e privadas de ensino e órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios são responsáveis por executar as políticas relacionadas à EA e suas competências. No entanto, não está explícito nos conteúdos e nos objetivos de aprendizagem o desenvolvimento de um trabalho voltado para questões ambientais que discuta a relação entre EA, sociedade e cultura.

No componente curricular Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza, com carga horária de 75 horas e ofertado no 8º período, a Educação

Ambiental é citada na ementa e nos conteúdos programáticos. Porém, não fica claro em qual macrotendência a temática é discutida, sugerindo que a abordagem será apresentada por meio de práticas de ensino. Contudo, não há referências à EA em sua bibliografia. Um dos objetivos de aprendizagem indica que o trabalho será desenvolvido numa abordagem de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente (CTSA), que pode estar vinculada a uma macrotendência crítica ou não, dependendo de como o professor conduzirá metodologicamente as discussões em sala: “Refletir sobre a Ciência e as formas como se dá a construção do conhecimento científico, destacando as relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente” (Ifes, 2017, p. 287).

O PPC do campus de Vila Velha, em sua versão de 2018, estabelece que o curso tem oito (8) períodos, com duração de quatro (4) anos. No item perfil do egresso, destaca-se que o profissional deve ter uma conduta socialmente responsável, contribuindo para a formação de uma sociedade justa e inclusiva, atuando no magistério, na gestão escolar e na produção e divulgação do conhecimento. Em relação à abordagem da EA, percebeu-se que ela está presente em apenas dois componentes curriculares: Ensino de Ciências I: Teoria e Prática e Educação Ambiental. O primeiro possui carga horária de 60 horas e é ofertado no 2º período, enquanto o segundo tem carga horária de 30 horas e é uma disciplina optativa.

No componente curricular Ensino de Ciências I: Teoria e Prática, a EA é abordada no tópico de Ecologia, juntamente com o conceito de sustentabilidade. No conteúdo programático, especifica-se que serão trabalhados os conceitos de ecologia e seus desdobramentos para a EA, o que sugere uma abordagem de cunho mais ecológico. Já no componente curricular Educação Ambiental, observa-se uma bibliografia referente à Educação Ambiental Crítica (EAC), com autores como Layrargues, Loureiro e Lobino. A ementa evidencia a intenção de desenvolver um trabalho alinhado à macrotendência crítica.

Reflexão sobre os problemas ambientais da atualidade: o modelo de desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental conservadora versus educação ambiental crítica. Política Nacional de Educação Ambiental. A educação ambiental em espaços formais e não formais. A educação ambiental no ensino infantil e séries iniciais do ensino fundamental (Ifes, 2017, p. 232).

No entanto, a expressão desenvolvimento sustentável apresenta uma contradição, uma vez que representa a ideia de um modelo econômico que busca lucros infinitos em um planeta com recursos finitos. Os objetivos de aprendizagem também

indicam uma direção crítica, mas ainda necessitam de maior aprofundamento e amadurecimento, de acordo com o que a disciplina se propõe a alcançar.

- Identificar e analisar as tendências e perspectivas da produção científica sobre a Educação Ambiental, em especial aquelas relacionadas com o contexto escolar;
- Analisar e avaliar projetos ou relatos de pesquisa em Educação Ambiental, em especial os relacionados com o contexto escolar;
- [...]Analisar e criticar as práticas educativas, na dimensão ambiental, adotadas em escolas, empresas, associações de bairro e unidades de conservação;
- Promover processos de educação ambiental voltados para valores humanísticos, conhecimentos, habilidade, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis;
- Evidenciar a Educação Ambiental como um ato político, na perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar (Ifes, 2017, p. 232).

Para corroborar a afirmação sobre o amadurecimento conceitual crítico, podemos examinar o primeiro e o segundo objetivos, que especificam a identificação de tendências e a análise de projetos ou relatos relacionados ao contexto escolar. Isso não significa, porém, que a abordagem esteja alheia a outras escalas. Uma Educação Ambiental (EA) dentro da vertente crítica busca discutir as questões ambientais de forma local, regional e global, permitindo que os sujeitos percebam as complexas relações entre o micro e o macro.

O terceiro objetivo menciona o termo “criticar” práticas educativas, sugerindo que haverá uma análise para compreender e, se necessário, questionar tais práticas. Já o quarto objetivo inclui os termos competências e habilidades, que remetem a uma educação voltada para o mercado de trabalho. Esses termos foram implementados no Brasil durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando se priorizou a formação de mão de obra para o mercado em detrimento de uma formação integral. Entendemos uma formação integral como uma educação que busca desenvolver todas as dimensões do indivíduo, em consonância com as ideias de Frigotto e Ciavatta (2004) e Ramos (2014).

O último objetivo está relacionado ao desenvolvimento de um trabalho alinhado à macrotendência crítica. No entanto, a disciplina como um todo apresenta contradições conceituais. Termos como desenvolvimento sustentável, competências e habilidades estão vinculados à macrotendência pragmática, o que gera uma tensão entre os diferentes enfoques. Por fim, analisou-se o projeto do campus Ibatiba. Esse curso é o mais recente entre os três existentes no Ifes, tendo sido implementado em 2023. Assim

como nos campi de Itapina e Vila Velha, o curso possui oito (8) períodos, com duração mínima de quatro (4) anos. No perfil do egresso, o projeto destaca que

[...] o profissional do magistério da educação básica deve assumir postura profissional ética pautada na responsabilidade social para com a construção de uma sociedade incluyente, justa e solidária, e ainda, uma compreensão das relações campo e cidade e relações homem e natureza ao exercer suas atividades nas áreas e/ou campos profissionais: docência, gestão e produção e difusão de conhecimentos (Ifes, 2022, p. 20).

Referente a EA presente no projeto, podemos identificar em dois componentes curriculares. Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental e Educação em Espaços não-formais: Museus e Centros de Ciências. O primeiro componente conta com uma carga horária de 60 horas e está no 5º período do curso. O segundo componente curricular possui 30 horas como carga horária e está no 7º período. O componente curricular de Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental tem o foco na temática ambiental, contando em sua bibliografia com autores que versam sobre a EA. Quanto a ementa contida no projeto

Fornecer aos estudantes subsídios teóricos do processo histórico de construção e evolução do conceito da educação ambiental. Proporcionar ao estudante o conhecimento dos marcos teóricos referenciais nacionais e internacionais da educação ambiental. Fornecer aos estudantes subsídios teóricos sobre os instrumentos legais de inserção da educação ambiental na educação formal e não formal e nos diversos setores da sociedade. Proporcionar ao estudante o conhecimento das diferentes formas de trabalhar e praticar a educação ambiental. Fornecer subsídios teóricos e práticos para elaboração de projetos de educação ambiental. Aplicar a ferramenta de pedagogia de projetos para a realização de atividades de educação ambiental. Oportunizar meios aos estudantes para desenvolverem atividades de educação ambiental (Ifes, 2022, p. 107).

Essa não evidencia quais os conceitos serão desenvolvidos na disciplina, esses aparecem mais nos objetivos específicos.

- Refletir sobre a EA no contexto de transformação da realidade e na construção de sociedades sustentáveis;
- Compreender os conceitos e a dimensionalidade da EA
- Conhecer, relacionando ao contexto de desenvolvimento da EA, a trajetória histórica do movimento de EA e a evolução do pensamento ambiental.
- Conhecer as macrotendências pedagógicas da EA
- Conhecer as leis que consolidam a EA, seus princípios e fundamentos.
- Refletir sobre os princípios e fundamentos que podem orientar a prática da EA na construção de sociedades sustentáveis;
- Refletir a respeito do papel dos espaços educadores e a postura dos educadores ambientais (Ifes, 2022, p. 106).

O quarto objetivo evidencia um trabalho voltado para o conhecimento amplo dos tipos de EA no Brasil. Já no componente curricular de Educação em Espaços não-formais: Museus e Centros de Ciências a Educação Ambiental é citada apenas em

uma referência, onde seu título é Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: educação ambiental – educação em ciências – educação em espaços não-escolares – educação matemática. Essa obra é uma coletânea, e o artigo utilizado no componente curricular não se refere a Educação Ambiental. Porém, em todo o documento referente a disciplina não aparece nada sobre o desenvolvimento de um trabalho dentro da temática ambiental.

PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA FACELI

O PPC de Licenciatura em Pedagogia da Faceli analisado é do ano de 2022. Nele, consta que o período mínimo para a formação do discente é de oito (8) períodos, com duração de quatro (4) anos. O documento também informa que o curso foi criado em 2008 e que o papel do egresso é contribuir para transformar a sociedade em um lugar melhor, promovendo a constituição da cidadania. Em relação à EA, ela está descrita diretamente no trecho que define as diretrizes para a extensão, conforme o Regulamento N° 001/2021:

VI. A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social da IES com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e trabalho em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental [...] (Faceli, 2022, p. 26).

A EA também foi citada diretamente na ementa e nas referências bibliográficas do componente curricular de Ética, Cidadania e Sustentabilidade. Esse componente está presente no 8º período e possui 40 horas de carga horária. A ementa não apresenta como poderá ser desenvolvida a temática ambiental:

Ética e Moral. Cidadania: conceito e questões ideológicas. Cidadania no contexto do trabalho pedagógico. Introdução à sustentabilidade. Identificação dos conceitos sobre sustentabilidade: evolução, história e bases científicas. Caracterização de sustentabilidade socioeconômica e educação ambiental. Indicadores da sustentabilidade ambiental (Faceli, 2022 p.147).

Devido à falta de elementos na ementa, não foi possível realizar uma análise detalhada sobre esse componente curricular. Em sua bibliografia, há duas obras características da Educação Ambiental (EA): *Meio ambiente e educação: uma dupla de futuro*, da autora Adriana Regina Braga, e *Como fazer educação ambiental*, de Vilmar Sidnei Demamam Berna. No entanto, esses dados não são suficientes para definir em qual macrotendência a EA é desenvolvida. O documento institucional não apresenta objetivos de aprendizagem ou conteúdos programáticos que destaquem um trabalho

voltado para a temática ambiental. Desse modo, não foi possível identificar em qual macro-tendência o trabalho desenvolvido pode estar relacionado.

CONVERGÊNCIAS E DIFERENÇAS DOS PPC’S ANALISADOS

Após a análise individual dos projetos de licenciatura em Pedagogia das instituições públicas de ensino, realizou-se uma comparação entre eles. Identificou-se que EA é trabalhada apenas em disciplinas específicas (Quadro 3). Dos cinco (5) projetos analisados, apenas o da Ufes não possui um componente curricular referente à EA como obrigatório, além de não ser oferecido pelo departamento responsável pelo curso. Essa disciplina é ofertada pelo departamento de Oceanografia. No Ifes campus Vila Velha, o componente curricular Educação Ambiental também é optativo. Dos demais componentes curriculares que abordam a EA, dois são ofertados no 8º período e um no 5º período.

Quadro 3: Componentes Curriculares dos PPC’s analisados ligados diretamente a Educação Ambiental

INSTITUIÇÕES DE ENSINO	CAMPUS	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Ifes	Ibatiba	Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental	5º	60h
	Itapina	Educação, Sociedade e Sustentabilidade	8º	45h
	Vila Velha	Educação Ambiental	Optativa	30h
Ufes	Goiabeiras	Educação Ambiental	Optativa	60h
Faceli	Linhares	Ética, Cidadania e Sustentabilidade	8ª	40h

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

CONCLUSÃO

Ao analisar os cinco (5) PPCs das três (3) instituições públicas de ensino do ES, foi possível identificar que a EA, percebeu-se uma diversidade nas abordagens relativas às macro-tendências político-pedagógicas da EA. Considerando o que a resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 relata sobre as formas de aplicar a EA nos cursos superiores, foi identificado na análise que os cursos de licenciatura em Pedagogia fazem essa abordagem como conteúdo de uma disciplina específica. Assim, a formação inicial desses cursos não desenvolve o trabalho com a EA de modo transversal, o que pode

limitar a visão sobre as questões socioambientais na atualidade e prejudicar o aprimoramento do pensamento crítico.

Destaca-se a importância de a EA ser abordada de forma mais transversal na formação inicial docente, contribuindo para a formação de profissionais capazes de ler as entrelinhas das questões sociais e, assim, enfrentar as situações impostas pela sociedade capitalista. Diante disso, para atender às demandas socioambientais que emergem em nossa sociedade, é necessário que as equipes dos cursos de Pedagogia analisados discutam possíveis adequações em seus PPCs. O objetivo é que esses cursos possam trabalhar a EA de forma transversal e evidenciar o conhecimento sobre as diferentes macrotendências existentes no Brasil. A partir disso, espera-se que os docentes formados por esses cursos sejam capazes de desenvolver um trabalho voltado para uma EA transformadora, que relacione a EA, a cultura e a sociedade de maneira integrada e crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Decreto N° 4.281/2002 que regulamenta a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%2025,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Federal do Espírito Santo. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Colatina. 2017. Disponível em: <https://itapina.ifes.edu.br/index.php/cursos2/graduacao/licenciatura-em-pedagogia>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Federal do Espírito Santo. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Ibatiba. 2022. Disponível em: <https://ibatiba.ifes.edu.br/index.php/cursos/graduacao/pedagogia?start=3> > Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Federal do Espírito Santo. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Vila Velha. 2018. Disponível em: <https://vilavelha.ifes.edu.br/cursos/graduacao/licenciatura-em-pedagogia.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012.

BENDINELLI, Patricia Vidigal. **Educação Ambiental no Ensino Superior: Uma Análise do Entendimento Relativo às Questões Ambientais**. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Vitória, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/360?show=full>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BUCHMANN, Marlis. (1984). A prioridade do Conhecimento e da compreensão no ensino. In: **Avanços na Formação de Professores**. (orgs) L. Katz & J. Rath (Eds.), (Vol. 29-50). Norwood: Ablex.

CARMO, Tânia do; KIOURANIS, Neide Maria Michellan; MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira Educação Ambiental: Um Panorama da Trajetória, Conceitos e Abordagens desta Vertente Educacional. in: **Educação ambiental no contexto de crises: Múltiplas interfaces**. (orgs) GOMES, Claudia Lourenço; MOSER, Anderson de Souza; CAMPOS, Marília Andrade Torales. Tutóia: Diálogos, 2021.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo; Pesquisa Qualitativa. In: **Método de Pesquisa**. (orgs.) SILVEIRA, Denise Tolfo; GERHARDT, Tatiana Engel. (org.) Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

DOURADO, Simone; RIBEIRO, Ednaldo. Metodologia Qualitativa e Quantitativa. In: **Metodologia da pesquisa em Educação em Ciências**. (orgs.) MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto Oliveira, BATISTA, Michel Corci. Maringá: Massoni Editora. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A busca de articulação entre trabalho, ciência e cultura no Ensino Médio. In: **Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho**. (orgs) FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Brasília: MEC, SEMTEC, pp. 11-34, 2004.

FONTANA, Felipe PEREIRA; Ana Carolina Torrente Pereira. Pesquisa Documental. In: **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. (orgs.) Carlos Alberto de Oliveira Magalhães Júnior, Michel Corci Batista. – 2. ed. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUELME, Deise Lisboa e SANTOS, Daniel Labernarde dos. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: **Método de Pesquisa**. (orgs.) SILVEIRA, Denise Tolfo; GERHARDT, Tatiana Engel. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed - São Paulo. Atlas 2002.

COSTA JÚNIOR, João Fernando; OLIVEIRA, Carla Cibele de; SOUSA, Fabrícia Fátima de; SANTOS, Kelly Taveira dos; SILVA, Marcondes Inácio da; GOMES, Neirivaldo Caetano; TORRES JÚNIOR, José Humberto; AMORIM, Tassiano Feitosa. Os novos papéis do professor na educação contemporânea. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**. vl. 6, 2023, p. 124 – 149.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. (orgs.) LAYRARGUES, Philippe Pomier, LOUREIRO, Carlos Frederico B, CASTRO, Ronaldo Souza de. São Paulo: Cortez, 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?lang=pt>. Acesso em: 17mar.2024.

LINHARES. Faculdade de Ensino Superior de Linhares. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. 2022. Disponível em: <https://faceli.edu.br/pedagogia/>. Acesso em 16 mar. 2024.

MOREIRA, Ana Lúcia Olivo Rosas; SOARES, João Juarez. Prática docente e concepção de floresta: Qual é a sua relação para um trabalho de educação ambiental? In: **Congresso Internacional sobre Investigación en la Didáctica de las Ciencias**, Granada, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

RAMOS. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das Correntes em educação ambiental. In: **Educação Ambiental**. Pesquisa e Desafios. SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. Porto Alegre: Artmed. p. 17-45, 2005.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Professor de 1º grau: identidade(s) em jogo**. 2001. 130 f. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.1993.

SORNBERGER, Neimar Afonso; LORENCINI JÚNIOR, Álvaro. Educação Ambiental, Formação de Professores de Ciências e Biólogos: Vertentes Reveladas no Currículo de um Curso de Ciências Biológicas em uma Universidade Pública do Estado do Paraná. **ReBECM**. Cascavel, (PR), v.4, n.2, p. 296-322, ago. 2020. Edição Especial - Educação Ambiental e Ensino de Ciências: pesquisas e práticas pedagógicas.